

## DIÁLOGOS ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO: UMA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E TRABALHO REMOTO NA PANDEMIA DE COVID 19

### *ETHNIC-RACIAL AND GENDER DIALOGUES: AN EXPERIENCE OF UNIVERSITY EXTENSION AND REMOTE WORK IN THE COVID PANDEMIC 19*

Tatiane de Oliveira Pinto.<sup>1</sup>  
Matheus Moreira Soares.<sup>2</sup>  
Lohany Souza Ferreira Coelho.<sup>3</sup>

#### RESUMO

O presente artigo apresenta uma reflexão resultante das ações do projeto de extensão na área de Direitos Humanos “Construindo Pontes e Resignificando Saberes a Partir das Questões de Gênero, Raça/Etnia”, desenvolvido no período de março de 2020 a fevereiro de 2021. A finalidade da ação foi promover um espaço de trocas de experiências através de reuniões e encontros, atividades síncronas e assíncronas voltadas para o alcance dos objetivos. Utilizou-se a metodologia participativa e dialógica, além de levantamento bibliográfico, por meio de uma revisão bibliográfica exploratória e descritiva. As metas do projeto foram cumpridas, inclusive por meio das adaptações necessárias para que as ações fossem executadas no contexto pandêmico, por meio do trabalho remoto e das mídias digitais. A partir da execução das ações, foi possível uma maior aproximação com outros atores sociais, o que gerou valiosas trocas e interlocuções acerca dos temas de gênero e raça/etnia.

**Palavras-chaves:** Ação extensionista; Gênero; Raça; Ensino à distância.

#### ABSTRACT

*This article presents a reflection resulting from the actions of the extension project in Human Rights “Building Bridges and Giving New Meaning to Knowledge Based on Issues of Gender, Race/Ethnicity,” developed from March 2020 to February 2021. The purpose of this action was to promote a space for exchanging experiences through meetings and encounters, synchronous and asynchronous activities aimed at achieving the objectives. A participatory and dialogic methodology was used, in addition to a literature survey, through an exploratory and descriptive bibliographic review. The project goals were met, including through the adaptations necessary for the*

---

<sup>1</sup> Doutora em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Professora Associada no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero, Geração e Raça (NEGGRA). E-mail: [tatiolp@ufrj.br](mailto:tatiolp@ufrj.br).

<sup>2</sup> Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: [mathmoreirasoares@gmail.com](mailto:mathmoreirasoares@gmail.com).

<sup>3</sup> Pós-graduanda em Educação e Diversidade pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: [lohany85coelho@gmail.com](mailto:lohany85coelho@gmail.com).

*actions to be carried out in the pandemic context, through remote work and digital media. From the execution of the actions, it was possible to get closer to other social actors, which generated valuable exchanges and dialogues on the topics of gender and race/ethnicity.*

**Keywords:** *Extensionist action; Gender; Race; Distance learning.*

## INTRODUÇÃO

Apresenta-se no presente artigo uma reflexão resultante das ações do projeto de extensão intitulado “Construindo pontes e ressignificando saberes a partir das questões de gênero, raça/etnia”, desenvolvido no âmbito do curso de graduação em Serviço Social, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), por meio de edital do BIEXT 2019, do Programa de Bolsas Institucionais em Direitos Humanos, no período de março de 2020 à fevereiro de 2021. O objetivo das ações foi promover a desconstrução de estereótipos de gênero e de raça/etnia, a partir da reflexão sobre o alcance da igualdade e respeito à diversidade.

O referido projeto teve como finalidade a construção de ‘pontes’ e conexões entre o espaço acadêmico e a comunidade externa a fim de estabelecer trocas, além de compartilhar saberes acerca das questões de gênero e raça/etnia, não deixando de considerar os conhecimentos e saberes, previamente elaborados pelo público-alvo. A ideia central da ação de extensão, foi promover um espaço onde o público-alvo – em princípio composto pelas/os gestoras/es e técnicas/os do campo das políticas sociais do município de Paracambi-RJ –, pudesse compartilhar seus saberes adquiridos no dia-a-dia, em seus espaços de convívio e trabalho e levar da Universidade o conhecimento adquirido e produzido para ser compartilhado também, de forma que pudesse ser compreendido e ressignificado por todas/os.

Cabe ressaltar, entretanto, que em meados de março de 2020 as atividades do projeto sofreram mudanças em decorrência da pandemia causada pelo novo Coronavírus, quando a OMS declarou que o surto causado pelo Covid-19 se tratava de uma emergência de saúde pública de importância internacional (Organização Pan-Americana de Saúde, 2020). Desse

modo, agiu-se rapidamente, alterando as ações presenciais para ações remotas, o que levou a equipe executora das ações a traçar novas metas e a adaptar as ações anteriormente previstas.

Em relação aos temas que nortearam o projeto, Lole e Almeida (2016) afirmam que, no campo de atuação profissional do Serviço Social, a discussão acerca da categoria de gênero e seus desdobramentos tornam possível observar as dinâmicas da realidade social e articular-se com as instituições de ensino superior nos processos de revisão curriculares, incluindo disciplinas que versam sobre gênero e suas especificidades. Além disso, as discussões de raça/etnia se mostram igualmente relevantes em relação ao combate ao racismo e suas facetas como o racismo estrutural e o racismo institucional, a discriminação, a injúria racial e até mesmo o racismo em sua dimensão individual. Nesses termos, Eurico (2013, p. 293) afirma que as relações étnico-raciais brasileiras nos mostram que o Serviço Social é “convocado a intervir” com a perspectiva de contribuir com emancipação dos sujeitos.

Em linhas gerais, foram readaptadas todas as ações do projeto para o modo remoto/on-line, tendo a equipe executora se concentrado nas orientações da Pró-Reitoria de Extensão de que, nos primeiros meses, fosse elaborado um plano de trabalho remoto, onde foi realizado um planejamento para uma possível retomada das atividades presenciais na UFRRJ e a inserção do campo de extensão, em Paracambi. Aproximadamente no mês de julho de 2020, as ações de extensão aqui descritas passaram a se desenvolver a partir do Núcleo de Gênero, Geração e Raça (NEGGRA), no qual a equipe executora atuou. O referido núcleo de estudos desenvolve atividades de pesquisa e extensão e funcionou no período de abril de 2020 a março de 2022 de maneira remota, e teve como *lócus* a rede social virtual Instagram, como um canal de divulgação e comunicação com a comunidade acadêmica da UFRRJ e com o público em geral. Desse modo, as ações do projeto extensionista se deram no âmbito das mídias digitais, de maneira remota/virtual e se voltaram para a execução de palestras e rodas de conversas on-line e, ainda, para a elaboração de vídeos e outros materiais educativos que versavam sobre os conceitos de gênero e raça/etnia, que já seriam trabalhados no modo presencial com o público-alvo definido na proposta original de projeto de extensão.

Considera-se importante reiterar que o público-alvo anteriormente definido seria composto por gestoras/es e técnicas/os do campo das políticas sociais do município de

Paracambi-RJ. A opção por alterar o público das ações foi em decorrência do fato de as/os estudantes não poderem estar no campo de extensão em detrimento da necessidade de prevenção ao contágio da doença causada pelo Coronavírus, e também, no caso das/os gestoras/es e técnicas/os das políticas sociais, devido a estarem atuando na linha de frente das demandas das/os usuários no contexto pandêmico, como exemplo, as/os trabalhadoras/es do campo da Assistência Social.

Enfim, esta é uma comunicação que trata da elaboração e aplicação de intervenções a partir das questões de gênero e raça/etnia por meio da extensão universitária, de forma remota, no contexto da pandemia, cujas atividades foram desenvolvidas de março de 2020 a fevereiro de 2021. A seguir, serão apresentadas a parte central, teórica e conceitual do artigo onde realizaremos a exposição do tema tratado, a metodologia utilizada e os resultados e discussões.

## 1. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CONTEXTO PANDÊMICO

Para Rodrigues et al (2013, p. 142), a extensão universitária tem um importante papel nas contribuições que podem oferecer à sociedade, onde se coloca “em prática aquilo que foi aprendido em sala de aula e desenvolvê-lo fora dela”. A partir do contato entre o estudante, enquanto aprendiz e a sociedade por ele beneficiada surgem, de ambos os lados, benefícios. Aquele que está na dimensão do aprendizado acaba aprendendo muito mais a partir desse contato, uma vez que é muito mais gratificante praticar a teoria recebida dentro da sala de aula, junto à comunidade. Esse é o conceito básico da extensão universitária.

No desenvolvimento das ações sublinhou-se, em todos os momentos, uma perspectiva de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que estes são reais instrumentos do ‘fazer acadêmico’, afinal, o esforço de integração da ação desenvolvida no ensino e aprendizado de professores, técnicos e estudantes, alicerçado no tripé ensino, pesquisa e extensão e na produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias, sem dúvida, concorre positivamente no processo de formação e qualificação profissional, dentro e fora das políticas internas da Universidade, fortalecendo a reflexão crítica dos sujeitos e grupos

envolvidos, articulando problemas e desafios pertinentes ao campo disciplinar dos cursos de graduação.

Nas palavras de Thiollent (2008, p. 02), a prática/metodologia extensionista “ênfatiza a ação como condição favorável à geração de um conhecimento dinâmico, apropriado, entrelaçado com as práticas legítimas dos atores envolvidos numa transformação social”, onde a ação está inserida numa perspectiva pragmática, sobretudo buscando eficácia e eficiência na obtenção de resultados. O propósito dessa metodologia é permitir que os sujeitos desenvolvam sua própria análise acerca da realidade e que este processo seja acompanhado de um planejamento e de uma ação do coletivo, como pontua Faria (2000).

Segundo Luiz Síveres (2008), na caracterização da universidade como uma ambiência de aprendizagem, a extensão universitária tem um papel importante a desempenhar, na medida em que a sua relação com os saberes potencializa a autonomia dos sujeitos, a emancipação das comunidades e a soberania da população. Dessa forma, a extensão constitui-se numa atmosfera propícia para acolher, cuidar e desenvolver conhecimentos que, por sua vez, estão vinculados ao processo educativo. Nesse sentido, a extensão, junto com a pesquisa e o ensino, na medida em que atua de forma indissociável, pode propiciar uma relação fecundante com o percurso formativo e com o desenvolvimento da sociedade. Síveres (2008), citando Severino (2002, p. 18), rememora que:

Ao mesmo tempo que a extensão, enquanto ligada ao ensino, enriquece o processo pedagógico, ao envolver docentes, alunos e comunidade num movimento comum de aprendizagem, enriquece o processo político ao se relacionar com a pesquisa, dando alcance social à produção do conhecimento (Síveres, 2008 apud Severino, 2002, p. 18).

Desse modo, o processo de aprendizagem, assim instituído, assume um caráter político, considerado um elemento essencial de uma formação acadêmica.

De acordo com a Unesco, a crise causada pela Covid-19 causou a suspensão das aulas em escolas e em universidades, afetando mais de 90% dos estudantes do mundo (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 2020). Diante desse cenário, as Instituições de Ensino Superior do Brasil, precisaram pensar estratégias que contemplassem a

continuidade da pesquisa e extensão e foi nesse contexto que o trabalho remoto e o uso das mídias digitais ganharam mais espaço. Nas palavras de Arruda e Arruda (2015), foi fundamental que a educação à distância assumisse um papel concreto, promovendo além do ensino, o incentivo à pesquisa e a extensão (Arruda; Arruda, 2015). Essa discussão foi retomada com destaque naquele momento histórico, onde as primeiras iniciativas no sentido de dar continuidade às atividades educativas foram compreendidas por esse viés.

No que diz respeito ao uso de ferramentas digitais, Souza (2015) afirmou que a multimídia invadirá o mundo nos próximos decênios. Segundo o autor vivemos um período de transição nas tecnologias de comunicação e estamos consolidando o ingresso na era digital, da multimídia, da adesão e a conexão dos mais variados meios de comunicação. Nas palavras do autor, as redes informatizadas que existem hoje são apenas um embrião das possibilidades que estão por vir.

Nos termos de Souza (2015), com a era da globalização e a criação da internet, surgiu um fenômeno de redes sociais que utilizam as tecnologias da informação e da comunicação para se articular e se auto-organizar, que tomou dimensões globais. Como o avanço das mídias digitais, existe um movimento civil internacional que troca informações, comunica-se e pressiona governos via diálogo eletrônico, e que é muito difícil de controlar e censurar. Mídia digital, conhecimento e rede são três elementos que caminham juntos e articulados. Pode-se dizer que, com o advento da internet, o conhecimento aberto está hegemonizando definitivamente a sociedade contemporânea.

Vale registrar que um desafio muito grande é a luta contra a exclusão digital. Neste sentido, a utilização das mídias digitais e do conhecimento para uma educação transformadora, crítica, com uma concepção transdisciplinar, holística, visando o bem social, reforçando a cidadania e a democracia, seria o que se convencionou a chamar de “cibercidadania” (Souza, 2015, p. 16). Assim, a educação em rede que utilizará as mídias digitais, a TV digital, a internet e variados meios que estão no emaranhado da vida, é um dos territórios de disputa da cibercidadania.

Segundo Gutierrez et al (2020), foi possível dar continuidade à extensão em meio a pandemia, através de dois movimentos: o primeiro seria a combinação de vontade e esforço de

todos para que o trabalho continue apesar dos desafios; O segundo foi a capacidade de adaptação, inerente aos seres humanos, que nos fez sobreviver ao longo da história do planeta. Assim, se antes o avanço tecnológico já mostrava uma época de mudanças, a pandemia confirmou uma transformação de uma época. Para as autoras, uma das maneiras descobertas para não deixar desassistidas as populações-alvo das ações extensionistas frente às restrições impostas pelos tempos de exceção para a sua execução, foi o emprego das mídias sociais como forma de manutenção dos trabalhos desenvolvidos. Em seus termos:

Para a extensão, assim como para várias outras formas de trabalho remoto, a internet se tornou a principal ferramenta para atingir o público-alvo, sendo possível mobilizar a população com quem se trabalha, articular com os parceiros dos programas e projetos e disseminar o conhecimento (Gutierrez et al, 2020, p. 27).

Em ação de extensão específica da área de comunicação social, citamos uma experiência que utilizou o conceito de “educomunicação”, com a utilização de uma rádio, que distribuía o conteúdo por meio de site, das redes sociais e de grupos de WhatsApp, inclusive. Moreira et al (2020, p. 186), empregaram métodos de um campo de intervenção social situado na inter-relação entre a comunicação social e a educação, a que chamaram de “educomunicação”. Uma das principais características dessa ação foi pensar uma educação em comunicação que beneficia a cidadania e o exercício de direitos já assegurados legalmente. Conforme foi mencionado, o contexto da pandemia do Coronavírus demandou adaptação das universidades para realização de suas atividades e foi um momento importante para implementação de práticas educacionais na condução de iniciativas de extensão.

Os elementos que pautam as diretrizes estabelecidas, pelas experiências aqui narradas, perpassam a questão do intercâmbio dialógico, por meio da troca de saberes, de parcerias com movimentos, setores e organizações sociais e, sobretudo, pela indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. Além da contribuição na formação do estudante, o maior impacto da extensão articulada às mídias digitais é, em alguma medida, a possibilidade de mudança social nas comunidades, quando docentes, técnicos e estudantes procuram atuar por meio de uma

formação contra hegemônica, atingindo o seu público-alvo através de novos e surpreendentes ferramentas como as mídias digitais.

## 2. ARTICULANDO A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ÀS CATEGORIAS DE GÊNERO E RAÇA/ETNIA

De acordo com Scott (1995), gênero é uma categoria inserida nas relações sociais que se baseiam nas distinções dos sexos, a fim de produzir e reproduzir poder e desigualdade social, econômica e política entre homens e mulheres, onde o masculino é representado como detentor de poder. Para a autora, a aparição do termo gênero no âmbito do movimento feminista, serviu para enfatizar o caráter social das distinções baseadas no sexo. Desse modo, o termo indicava rejeição do determinismo biológico implícito no uso de palavras como sexo ou diferença sexual, que é uma visão funcionalista, fundamentada na biologia e na perpetuação da ideia de esferas separadas na escrita da história.

O conceito de gênero tem duas proposições, a primeira de que é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e a segunda que é uma forma primária de dar significado às relações de poder. E assim, uma nova forma de se pensar essas questões abriu oportunidade para a reflexão sobre as atuais estratégias política feministas, uma vez que ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado juntamente com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas outras categorias como classe e raça (Scott, 1995).

Segundo dados do Banco Mundial (2003), a igualdade de gênero é um elemento importante para o aumento do bem-estar econômico e social, bem como para a redução da pobreza. Gênero é uma categoria relacional e, por isso, se refere às diferentes experiências, preferências, necessidades, oportunidade e restrições enfrentadas por homens e mulheres em função de seus papéis socialmente definidos.

Cabe registrar que o Brasil progrediu muito no tratamento de questões de gênero e na redução das diferenças entre homens e mulheres nas últimas décadas. Ainda no ano de 2001, três avanços importantes ganhavam destaque: O acesso e uso de contraceptivos aumentou

enormemente, resultando em uma queda acentuada na taxa de fecundidade e no tamanho das famílias; O nível educacional das mulheres aumentou e elas até apresentam maior escolaridade que os homens; bem como aumentou a participação das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas. No entanto, ainda permanece uma série de questões que afetam o bem-estar de homens e mulheres e as relações entre eles, que são, por exemplo: A atenção pré-natal inadequada para as mulheres; A elevação da violência entre homens jovens e adultos; Aumento da violência masculina contra as mulheres e aumento da violência sexual contra meninos e meninas; Taxa elevada de homicídios contra homens; Livros didáticos e métodos de ensino reforçam a segregação de gênero e os estereótipos: Homens ligados à vida pública e em todas as suas dimensões de trabalho, lazer, política, riqueza e poder e as mulheres continuam relegadas à esfera privada do domicílio. Além disso, a disponibilidade de creches e educação infantil permanece inadequada, sobretudo para os grupos populares; existem, ainda, diferenças de salários entre gêneros na América Latina; Há uma probabilidade em domicílios encabeçados por mulheres serem mais pobres do que os domicílios encabeçados por homens, em alguns casos, conjugais (Banco Mundial, 2003; Araújo, 2005; Santos e Oliveira, 2010), entre outros.

Importante apontar que muitos programas de inclusão social iniciados em 2003, em particular, aqueles destinados às mulheres por meio de políticas públicas, foram bem desenvolvidos até o ano de 2016, ano do golpe parlamentar que retirou do poder a presidenta Dilma Rousseff, que se assinalou como um processo caracterizado pela discriminação de gênero (Menicucci, 2018).

A partir desse marco na política brasileira, muitos foram os retrocessos no campo das políticas, dando lugar a negligência quanto a ênfase a inclusão social e à garantia dos direitos humanos fundamentais. Como exemplo, Menicucci (2018) menciona a extinção da Secretaria de Políticas para Mulheres com status de Ministério e o fechamento das Casas da Mulher Brasileira, como algumas das ações no amplo processo de desmonte ocorrido nesse período, sobretudo, ao que concerne às práticas que asseguravam a emancipação e a equidade de gênero.

De acordo com Teixeira (2010), a dinâmica social em que vivemos demanda uma revisão das avaliações sobre os critérios mais justos e igualitários de distribuição entre os sexos, das diversas responsabilidades implicadas na vida em sociedade — relacionadas à família, à

comunidade, ao meio político etc. — e dos direitos e as garantias que a ordem social provê, em vista dessa distribuição e das características que definem cada sexo. Não interessa apenas medir a desigualdade entre indivíduos isoladamente considerados, mas também entre os diversos tipos de agrupamentos sociais e familiares em que eles se inserem. Percebe-se que as novas formas de organização familiar que a modernidade tem conhecido recebem da sociedade tratamentos diferenciados, em função de características ligadas diretamente ao critério de gênero dos seus integrantes.

Em um relato sobre uma atividade de extensão sobre violência e a sociedade, Piber (2017), menciona que as mulheres são definidas como seres para os outros, tendo em vista que são percebidas como quem desempenha funções relacionadas à maternidade e ao cuidado do outro. Citando Santos e Izumino (2005), Piber (2017, p. 04) define o sujeito feminino na sociedade patriarcal e capitalista, como destituído de autonomia, dependente. Isso acaba gerando, além da compreensão de vítima da violência, um entendimento de que a mulher também é cúmplice da violência que sofre, pois é o meio pelo qual a dominação masculina acontece e se reproduz.

De igual importância é a reflexão proposta por Nascimento (2018), que demonstrou um notável trabalho com oficinas de extensão na Universidade Estadual de Montes Claros, sobre gênero e sexualidade, que apesar dos desafios apontados pelo próprio autor, se apresenta como de grande relevância social das atividades pela aceitação recebida, apesar de certa resistência também. Nesses termos, o autor ressalta a urgência e a importância de ações como essas nos espaços universitários, bem como com as comunidades em seus entornos.

Extrapolando as questões de gênero, ao se discutir as questões étnico-raciais no Brasil, ainda nos dias atuais, encontramos inúmeras dicotomias a respeito de equidade de direitos para negros/as e não negros/as. Conforme alerta Lima (2020), a sociedade brasileira ainda não alcançou, em termos práticos, uma democracia racial, apesar dos avanços alcançados por meio implementação de políticas públicas afirmativas para acesso às universidades e a cargos públicos federais, por exemplo. Ainda são comuns as estatísticas que denunciam a desigualdade social entre brancos e negros no Brasil, em relação ao acesso a direitos fundamentais como saúde, educação, segurança, moradia e trabalho, além dos estereótipos dados que registram

atos de violência contra a população negra, em muitos casos praticados pelo próprio Estado. Esse permanente quadro de desigualdade racial tem relação direta com os elementos históricos que perpassaram a constituição da sociedade brasileira, levando à formação de uma cultura assinalada pelo racismo estrutural.

De acordo com Ribeiro et al (2019, p. 01), a concepção de racismo estrutural busca apreender os modos de organização da sociedade, oferecendo uma análise mais integrada dos diversos elementos envolvidos no fenômeno do racismo. Racismo esse que penetra em nossas subjetividades, na medida em que o naturalizamos e acreditamos “que sempre foi assim” e “que não se pode fazer nada”. Também tenta entender e limitar os efeitos segregadores de nossa organização nossas instituições e estruturas sociais, a ponto de parecer uma ordem natural da realidade. Um dos maiores desafios do Brasil quando se trata das desigualdades étnico-raciais, é admitir que somos uma nação forjada no racismo. Enquanto a sociedade brasileira não se assumir como racista, jamais irá deixar de reproduzir o racismo, ainda que de maneira velada.

Segundo Moraes (2018), a extensão universitária procura construir a partir de conhecimentos situados e tenta evitar apropriações violentas e práticas colonizadoras. Dessa forma, “saberes e referenciais contra hegemônicos tornam-se importantes, e mesmo necessários, para os extensionistas” (Moraes, 2018, p. 09). Na discussão apresentada pela autora, há várias outras tentativas de se subverter as lógicas eurocêntricas, brancas, historicamente opressoras, inclusive deflagradas em práticas docentes em sala de aula. Citando hooks (1992), Freire (1983) e Freire (1987), Moraes (2018) afirma que os saberes e referenciais contra hegemônicos da extensão, além de romperem com a branquitude, com a masculinidade hegemônica, questionam processos de transferência e compartilhamento de conhecimento, tais como na chamada educação bancária. Isso ocorre porque a prática extensionista pretende construir um conhecimento por meio do diálogo e da busca pela horizontalidade, além do fato de que o estudante exerce papel de agência em nível maior que nos outros pilares da educação. Nesses termos, “a presença de mulheres e homens negros em lideranças nesses espaços e a legitimidade atribuída a suas vivências e conhecimento se tornam consequência e causa disso” (Moraes, 2018, p. 09).

Também importam estratégias para garantir a ocupação por essa população de espaços dos quais têm sido sistematicamente afastadas, desvalorizadas a respeito das salas de aula. “O epistemicídio, não diz respeito apenas à conhecimentos, mas a pessoas determinadas pela lógica racista, sendo certo que é uma dinâmica que legitima e valoriza alguns indivíduos, e oprime e deslegitima outros” (Moraes, 2018, p. 13). Destarte, fica evidenciada a urgência de estratégias que permitam tanto o reconhecimento da legitimidade e da utilidade dos saberes que sofrem com o epistemicídio, admitindo que se trata de demanda contra hegemônica.

### 3. METODOLOGIA

A finalidade da ação extensionista apresentada neste artigo foi promover um espaço de trocas de experiências, com o uso de metodologia participativa e dialógica, essencial em ações de extensão, através de reuniões e encontros virtuais e atividades síncronas e assíncronas, voltadas para o alcance dos objetivos propostos redefinidos. São definidas como atividades síncronas aquelas que se dão em tempo real, isto é, quando as partes envolvidas na troca de mensagens têm acesso imediato às respostas e reações do outro, uma vez que estão, de alguma forma, compartilhando concomitantemente “um canal de comunicação que instantaneamente realiza as trocas de mensagens”. No modo assíncrono a troca de mensagens é intercalada por algum período de tempo em que não há a instantaneidade da comunicação síncrona, ou seja, “não existe a presença simultânea dos interlocutores em cada um dos extremos do canal de comunicação (Jungblut, 2004, p. 105).

É importante, ainda, que se registre a possibilidade de uma ação interdisciplinar, entendendo que os temas que foram tratados ao longo da execução do projeto permearam diferentes campos do saber, como: Ciências Sociais, História, Antropologia, entre outros, incluindo o aporte teórico-metodológico do Serviço Social. No decorrer do projeto, foram realizados encontros quinzenais virtuais entre a equipe executora para discussão, estudos conjuntos, planejamento e avaliação das ações.

Julga-se relevante salientar que os princípios que conduziram as ações, ainda que de maneira adaptada, foram aqueles que se baseiam na indissociabilidade do ensino, pesquisa e

extensão, onde a equipe executora desenvolve e aprimora seus conhecimentos e o público-alvo tem suas experiências valorizadas e, em um movimento de troca de saberes, consolidadas.

Nos termos de material explicativo do Fórum de Pró-reitores de Extensão das universidades públicas brasileiras (2012), a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A extensão é uma via de mão-dupla com trânsito assegurado à comunidade acadêmica que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico.

No retorno à Universidade, docentes e discentes levarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora desse processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (Fórum de Pró-reitores de Extensão, 1987, p. 1 apud Fórum de Pró-reitores de Extensão, 2012).

Considerando que a sociedade é um sistema vivo, a Universidade, como uma célula social, precisa garantir essa vitalidade, até para conviver com a diversidade dos sistemas sociais. Cabe, portanto, à instituição de educação superior tornar-se viva por meio de uma de suas energias que é o conhecimento. Segundo Assmann, “onde não se propiciam processos vitais tampouco se favorecem processos de conhecimento” (Assmann, 2004, p. 26). Essa afirmação denota a vivacidade que deve se fazer-se presente e, por sua vez, não pode ficar atrelada a contextos e situações decadentes, mas caracterizar-se por uma “dinâmica que possa energizar a própria instituição e irradiar tal potencialidade para os demais segmentos sociais” (Síveres, 2008, p. 03).

Conforme mencionado na introdução, paralelamente ao planejamento das ações, foi realizado levantamento de literatura específica aos temas desenvolvidos, por meio de revisão bibliográfica exploratória e descritiva, ressaltando-se a temática das ações em tela. Além disso, o projeto vinculou-se ao Núcleo de Estudos de Gênero, Geração e Raça (NEGGRA), onde foi

possível articular suas atividades no período de atividades remotas, oportunizando aos estudantes envolvidos contribuírem com a organização de palestras com as temáticas: “O Serviço Social na Luta Antirracista: Aspectos da Formação Acadêmica e Atuação Profissional” e “Imigração e a Questão Étnico-Racial”.

Além disso, foram realizadas, na interface do projeto com o referido núcleo de estudos, rodas de conversas com estudantes do curso de Serviço Social, a partir dos temas “Impactos da Pandemia no Contexto LGBTQIANP+ e no Contexto Feminino”; “Genocídio da População Negra e das Populações Indígenas: O caso do Brasil”; “Violência Obstétrica e Racismo Institucional”. Para além das palestras e rodas de conversa, foi criada na rede social virtual Instagram, no perfil do NEGGRA, uma série de vídeos do IGTV<sup>4</sup> intitulada “Criando Pontes”, com episódios que variavam entre 3 a 15 minutos de duração, onde foram tratados alguns dos temas propostos pelo projeto, tais como “Diferença entre Raça e Etnia”, “Representatividade e Informação”, “Preconceito, Discriminação e Racismo”. Para a realização dos vídeos, o projeto contou também com a participação voluntária de outros estudantes da UFRRJ, de diferentes cursos, com temas sobre “Representatividade e Informação”, “Racismo Estrutural” e “Gênero e Violência de Gênero”. Os vídeos foram seguidos de enquetes que foram respondidas pelo público do perfil virtual do NEGGRA, que interagiu com a página e nos trazia relatos de vivências a respeito dos temas tratados nos episódios.

Neste artigo dar-se-á ênfase a referida parte do projeto, discutindo as possibilidades consideradas, a partir da elaboração e divulgação desses vídeos explicativos e dialógicos, recuperando as questões que eram postas à finalização de cada episódio e que tinham como foco uma maior interlocução com o público e a intenção de conhecer um pouco mais acerca de suas experiências com as categorias gênero e raça/etnia.

À época das ações, o público de seguidores acompanhando o conteúdo do perfil do NEGGRA no Instagram, totalizava um pouco mais de 240 pessoas, no entanto, no caso

---

<sup>4</sup> O IGTV era uma importante ferramenta do Instagram, pois permitia a publicação de vídeos longos, com até 60 minutos. Além disso, ao postar um vídeo no IGTV, o usuário tinha, ainda, a opção de adicionar uma prévia (apenas os primeiros segundos) do mesmo vídeo no feed (fluxo de conteúdo), de acordo com material informativo da ASCOM da Universidade Estadual do Paraná (2020).

específico dos vídeos, ocorreram episódios com mais de 440 visualizações, o que comprova um alcance razoável da página.

#### 4. RESULTADO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

Mesmo com a necessidade de suspensão das atividades acadêmicas presenciais na UFRRJ em virtude da pandemia de Covid-19, a extensão universitária não deixou de acontecer. Ainda que as atividades tenham sido adaptadas para o modo remoto, não houve a anulação de vínculos entre discentes, docentes e a comunidade externa atendida. Desse modo, procurou-se superar os desafios impostos a partir de ações remotas, por meio de canais virtuais que, mesmo diante de suas limitações cotidianas, oportunizaram a continuação do projeto.

Obviamente que a prática extensionista com atuação de discentes, docentes e técnicos ‘no campo’, não será substituída em função da potência gerada pela troca de saberes que antes do Coronavírus se dava, envolvendo o contato presencial. No entanto, esse contexto que durou mais de 12 meses desde o primeiro caso de infecção notificado no Brasil, exigiu que as práticas de extensão alcançassem ainda mais territórios e os públicos se adequassem às possibilidades de uso da tecnologia da informação. Assim como o ensino e a pesquisa, a extensão universitária se adaptou ao modo virtual, de modo a preservar vidas e continuar levando informação para as comunidades situadas para além dos muros da Universidade.

Nesses termos, as ações apresentadas neste artigo possuem relevância tanto pelos temas de gênero e raça/etnia desenvolvidos em seu bojo, como também pela possibilidade de execução por meio de espaços digitais, que oportunizaram manter as bolsas de extensão e estimular o trabalho dos estudantes extensionistas e, ainda, permitiu que diferentes indivíduos da comunidade externa pudessem desenvolver uma reflexão crítica acerca das opressões sexistas e racistas cotidianas.

Os vídeos explicativos publicados na rede social virtual Instagram através do perfil do NEGGRA, com conteúdos sobre raça e etnia foram desenvolvidos por uma estudante bolsista e por um extensionista voluntário, a partir dos temas: “Diferença entre Raça e Etnia”; “Representatividade e Informação” e “Preconceito, Discriminação e Racismo” e para cada um

desses vídeos, incluía-se uma enquete. No primeiro vídeo, lançou-se uma pergunta através de enquete, com a intenção de identificar se os respondentes conheciam a diferença entre raça e etnia.

Nessa primeira enquete, foram obtidas 26 (vinte e seis) respostas, das quais: “sim” foram 65% e “não” 35%. Ou seja, a maioria do público do NEGGRA conseguia identificar a diferença entre os dois conceitos, onde raça corresponde às características fenotípicas como cabelo, cor da pele, nariz, lábios e etc., e etnia refere-se a cultura, língua, crença, religião de determinada tribo, sociedade, grupo etc. Para a pergunta “Em termos de raça/etnia, como você se autodeclara?”, obteve-se como resultado 41 respostas, onde 22 pessoas responderam “preto”, 8 pessoas responderam “pardo”; nenhuma a raça “indígena” e 11 se autodeclararam como “brancos”. Já para a questão “No seu âmbito familiar raça é um assunto debatido?”, 41 pessoas responderam, sendo 29% sim, e 71% não. Ou seja, muitas pessoas não tem um debate aberto sobre as questões étnico-raciais no âmbito familiar.

Para o segundo vídeo a pergunta foi “Quem é o seu exemplo de representatividade?” A questão incluía pensar alguma celebridade ou pessoa pública e uma representatividade anônima. As respostas variaram entre artistas mundialmente conhecidos, cantores, escritores, atores e atrizes, artistas locais que cantam, escrevem ou atuam sobre questões raciais e levantam a bandeira de igualdade racial. Já exemplos de não famosos variam entre pais e mães, tios e tias, avós, amigos, amigos da família e etc.

O terceiro vídeo proposto foi pensado com o tema “Preconceito, Discriminação e Racismo”, onde colocou-se em debate a diferença entre os termos preconceito, discriminação e racismo, sendo o preconceito o ato de julgar sem conhecimento da causa, ou seja, julgar algo ou alguém sem antes ter ciência dos fatos; já discriminação consiste em diferenciar ou tratar diferente uma pessoa por um motivo diverso ou por alguma característica peculiar dessa pessoa e racismo, por sua vez, diz respeito ao preconceito e a discriminação a partir de uma característica racial ou étnica de um indivíduo. A primeira pergunta foi se os respondentes sabiam a diferença entre preconceito, discriminação e racismo. Com o total de 5 respostas, 3 (três) pessoas responderam sim e 2 (duas), responderam não. A segunda pergunta foi se caso a resposta anterior fosse “sim”, onde foi que o respondente aprendeu sobre os termos, sendo as

respostas: 2 (dois) para escola/universidade, 0 (zero) para âmbito familiar, 2 (dois) para mídias sociais e 0 (zero) para outros.

No quarto vídeo o tema abordado foi o “Racismo Estrutural”, com a participação de uma aluna concluinte do curso de graduação em História da UFRRJ. No ‘bate-papo virtual’, foi colocado em pauta o conceito de Racismo Estrutural, de acordo com Silvio de Almeida (2018). Para as questões propostas, houve um total de 32 (trinta e duas) respostas. A primeira pergunta feita aos respondentes foi se eles sabiam o que era racismo estrutural, e foram obtidas 31 (trinta e uma) respostas para sim, e 1 (uma) resposta para não; A segunda pergunta da enquete foi, se em caso de resposta “sim” na pergunta anterior, onde o respondente aprendeu sobre racismo estrutural. Dos 35 respondentes, 2 (dois) apontaram para a escola, 17 (dezesete) para universidade, 11 (onze) para mídias sociais e 5 (cinco) para ‘outros’.

Na quinta proposta de vídeo, apresentou-se o tema “Racismo Institucional”. Na enquete do referido vídeo, foi indagado aos visualizadores se eles sabiam o que era o racismo institucional, que resultou no total de 15 (quinze) respostas ‘sim’. Além disso, também se indagou onde os respondentes aprenderam sobre racismo institucional e, das 16 (dezesesseis) respostas coletadas, 9 (nove) se referiam à universidade/escola, 2 (dois) às mídias sociais, 3 (três) atribuíram à leitura, 2 (dois) marcaram a opção ‘outros’.

A partir dos resultados das enquetes propostas nos vídeos, foi possível concluir que a questão racial é um debate um tanto ausente no âmbito escolar e no âmbito familiar, levando-nos a questionar o quão poderia ser diferente o enfrentamento do racismo e suas facetas se as informações circulassem nesses ambientes, levando-se em consideração que a família e a escola são as instituições em que se tem o primeiro contato com a vida em sociedade. A data como 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), por exemplo, que deveria servir como um momento de debate e reflexão para conscientizar a branquitude sobre seus privilégios e a negritude sobre suas lutas, infelizmente, passa por um processo de ‘folclorização’, destoando o que foi, de fato, o processo de escravização no Brasil.

Retomando o contexto atual em que se viveu, o contexto da pandemia de Covid 19, evidenciamos todas as mazelas de desigualdades do país, incluindo as de gênero e raça, já documentadas em inúmeras pesquisas. Nos meses iniciais da chegada da doença no Brasil, em

particular no dia 06 de maio de 2020, o número de negros mortos pelo Covid aumentou em cinco vezes para pretos e pardos, de acordo com dados da Agência Pública (Muniz et al, 2020), tomando por base o que havia sido divulgado pelo Ministério da Saúde em 26 de abril do mesmo ano.

Somente depois que a Coalizão Negra por Direitos e outras instituições entraram com pedido, via Lei de Acesso à Informação, o Ministério da Saúde inseriu o recorte de raça/cor na análise da pandemia. Os primeiros dados, divulgados no dia 10 de abril, revelaram que a Covid-19 foi mais letal para pretos e pardos, que representaram quase 1 em cada 4 brasileiros hospitalizados com Síndrome Respiratória Aguda Grave (23,9%), mas chegaram a 1 em cada 3 entre os mortos (34,3%). “Mesmo com o mínimo de coleta dos dados, há a percepção de que negros vão morrer mais”, alertou a assistente social Lúcia Xavier, coordenadora da ONG Criola, uma das 150 organizações que integram a Coalizão Negra por Direitos em entrevista para a revista *Gênero e Número* (Bertoldo, 2020, p. 02).

Existe uma alta proporção de negros e negras nas comunidades de baixa renda e, nem todos puderam trabalhar de casa e ter suas refeições entregues em domicílio, além de que muitos ainda dependiam do transporte público, aumentando ainda mais a chance de contaminação. Essas pessoas estavam em um beco sem saída, ou trabalhavam ou não teriam uma renda no fim do mês. Em muitas famílias também existiu a limitação de espaço, o que maximizou o risco de se infectarem e contaminarem pessoas próximas, como nos lembra Santos et al (2020).

Outra questão é a suscetibilidade à doença de pessoas que já possuíam comorbidades crônicas (Passos, 2020; Santos et al, 2020). Estudos mostram que há uma prevalência de doenças como diabetes e hipertensão na comunidade negra, que a torna mais suscetível ao desenvolvimento de um quadro grave em decorrência do vírus. E, por fim, houve uma enorme precarização no acesso e na qualidade do tratamento. A disparidade de renda, em diferentes públicos raciais, impactou nas formas de tratamento e de prevenção e bem estar que as famílias puderam investir. Grande parte da população negra não possuía acesso a diversos serviços de saúde e, quando conseguia acessar, não necessariamente eram os melhores recursos.

Na sequência dos conteúdos elaborados para o perfil do NEGGRA no Instagram, as ações foram pautadas na categoria gênero. No sexto vídeo foi apresentado o debate acerca do

“Conceito de Gênero” de acordo com Joan Scott (1995) e Simone Beauvoir (1960). A partir do vídeo, foi perguntado aos visualizadores se conheciam o conceito de gênero e, das 16 (dezesseis) respostas coletadas, todas foram sim. Também foi indagado onde tiveram o primeiro contato com o referido conceito e 11 (onze) seguidoras/es responderam escola/universidade, 2 (dois) mídias sociais, 1 (um) leitura, 2 (dois) ‘outros’.

No sétimo vídeo proposto, com a participação de uma discente convidada do curso de Serviço Social, foi apresentado o conceito de “Violência de Gênero” e seus desdobramentos como a violência doméstica, violência física, violência patrimonial e a violência psicológica. A partir do conteúdo apresentado, foi perguntado aos visualizadores, entre os tipos de violência de gênero citados nos vídeos, quantos conheciam. De 10 (dez) respostas, 8 foram para “todos”, e 2 (duas) foram “1 ou 2” (um ou dois tipos de violência). Indagou-se, também, onde foi o primeiro contato dos visualizadores com os tipos de violência de gênero e, de 13 (treze) respostas, 8 (oito) foram para escola/universidade, 2 (duas) para outros, 2 (duas) para leitura, e 1 (uma) para mídias sociais.

Nos termos de Souza (2011), a violência é, também, uma ocorrência multideterminada que se fez presente em todos os momentos da história, desempenhando importante influência nas relações sociais. É preciso assimilar a violência a um dos problemas enraizados da teoria social e da prática política e relacional da humanidade. Desde sempre existiu a preocupação do ser humano em entender a essência do fenômeno da violência, sua natureza, suas origens e meios apropriados de amenizá-la, preveni-la e eliminá-la da convivência social (Minayo, 2006).

A Organização Mundial da Saúde (2002) descreveu como violência o uso intencional da força física, poder, real ou sob forma de ameaça contra si própria, contra outra pessoa, grupo ou comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação de liberdade.

Como informa Melo (2020), no contexto pandêmico foi urgente assegurar que as vozes – necessidades e demandas – das mulheres estivessem no centro da resposta dos governos (federal, estadual e municipal) e das políticas públicas de atendimento à população como resposta à crise sanitária, econômica e social gerada pelo Covid 19. Nos termos da autora, as mulheres foram indispensáveis na luta contra o Covid19, ao enfrentarem os desafios dos

cuidados no grupo familiar e no trabalho como profissionais da saúde, trabalhadoras domésticas, trabalhadoras informais e na miudeza da vida cotidiana da família e do trabalho, e por essas razões foram as pessoas mais afetadas pela crise (Melo, 2020).

Okabayashi et al (2020), em estudo sobre o impacto do isolamento social na violência contra a mulher, demonstram que as denúncias aumentaram em torno de 9% após a instituição do isolamento social, como prevenção à pandemia de Covid-19, apesar de a maior parte dessas acusações não ser materializada em boletins de ocorrências. A partir de dados identificados pelas Secretarias de Segurança Pública dos estados brasileiros, as autoras observam que o estado de São Paulo teve um aumento de 138% nos casos de feminicídios, em comparação ao primeiro trimestre de 2018 e de 38%, em relação ao mesmo período de 2019. Outros estados do Brasil citaram um relativo aumento nos casos de feminicídios no primeiro trimestre de 2020, em relação ao mesmo período de 2019, sendo eles: Rio de Janeiro (13%), Espírito Santo (30%), Ceará (60%), Rio Grande do Sul (73%) e Tocantins (300%) (Okabayashi et al 2020, p. 4.527).

Ainda que tenha sido observado o aumento de casos de feminicídios nesses estados, o mesmo não aconteceu com o número de ocorrências formais de violência contra a mulher. A partir desse dado, infere-se que a proximidade constante e diária com o agressor estaria constringendo a vítima em denunciar o delito.

Em vias de finalizar a discussão, reitera-se a importância em se pensar as categorias gênero e raça/etnia no contexto pandêmico considerando os dados e a realidade enfrentada pelas pessoas negras e pelas mulheres em uma dimensão mais geral dos impactos causados pelo Covid 19. E, considerando o contexto da pandemia, a utilização das mídias digitais, para a realização das atividades de extensão, foi uma alternativa para que a Universidade se voltasse para as questões da comunidade de seu entorno, além de propiciar aos discentes, docentes e técnicos a oportunidade nova, desafiadora, mas também satisfatória que foi a vivência extensionista na dimensão do trabalho remoto.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, pode-se afirmar que as metas do projeto foram cumpridas, inclusive, a partir das adaptações que foram necessárias para que as ações fossem executadas. Nos meses iniciais, o planejamento idealizado no plano de trabalho remoto – como sugestão da Pró-Reitoria de Extensão, em virtude da suspensão das atividades acadêmicas presenciais – foi realizado no prazo estipulado pela equipe executora e oportunizou à discente/bolsista exercitar sua criatividade ao pensar/elaborar atividades com dinâmicas e a condução dos encontros presenciais que seriam realizados na retomada das atividades presenciais e a inserção no campo de extensão, em Paracambi - RJ. Vale mencionar que, do ponto de vista da equipe executora da ação de extensão, criou-se muitas expectativas em relação ao contato com o público-alvo, originalmente pensado, o que gerou a motivação em realizar um planejamento com bastante cuidado e atenção.

Na fase em que o distanciamento social se fez necessário e foi preciso alterar as ações propriamente ditas, a intenção foi trabalhar os temas que seriam discutidos com as/os técnicas/os e gestoras/es de políticas sociais, de forma remota, no âmbito do perfil do NEGGRA, na rede social virtual Instagram, porém, para um público mais amplo como as/os discentes da UFRRJ, bem como o público em geral.

A experiência de pensar os temas, roteiros e a elaboração dos vídeos foi uma grata surpresa para a estudante/bolsista e para o extensionista voluntário, uma vez que foi possível exercitar ainda mais a criatividade, já que o Instagram se trata de uma rede social virtual onde já existem muitos perfis que possuem o debate acerca dos temas propostos no projeto.

Quanto à elaboração dos roteiros, considerou-se importante planejar e idealizar vídeos atrativos e também houve o comprometimento em levar a informação de forma clara, objetiva e didática. Além do desafio dos roteiros, foi uma importante oportunidade a gravação de cada vídeo, a preparação das falas, e a possibilidade de os estudantes se portarem em frente a câmera, falar de forma clara e contar com disponibilidade dos convidados. Houveram, obviamente, questões com a conexão de internet e algumas dificuldades com a edição dos vídeos, o que

tornou assim a experiência muito complexa, mas ainda assim, muito rica e proveitosa para a equipe.

A partir da execução dos vídeos, foi possível uma maior aproximação com outros atores sociais, como discentes de outros cursos e institutos da Universidade. Essa aproximação gerou valiosas trocas e para o próprio engajamento do perfil do NEGGRA foi benéfico, porque, por meio de compartilhamentos dos vídeos, a audiência teve uma relativa ampliação e a equipe executoras das ações teve uma maior interação com novos seguidores.

Embora tenha sido uma novidade para a equipe realizar as ações de extensão por meio de mídias digitais e da internet, essa experiência alavancou o grupo para um novo patamar de aprendizagem onde se confrontou, algumas vezes, pelo desafio de realizar o trabalho de uma maneira inédita. Porém, com sua finalização, foi possível repensar as intenções das ações, avaliar o que, inevitavelmente, pode não ter sido adequado, mas também oportunizou pensar em ações futuras, com essa experiência que foi bastante satisfatória. Foi possível, também, reconhecer o valor das ações de extensão no modo presencial, diante do novo desafio imposto pelo contexto pandêmico, que nos apresentou desafios como a participação massiva do público e mesmo dificuldades técnicas em relação à conexão de internet. A necessidade de adaptação das ações, levou toda a equipe executora a ressignificar suas metas e objetivos, e oportunizou um amadurecimento acadêmico, ainda que de modo virtual.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: Revisitando o debate. **Revista Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, vol.17, n.2, p.41 – 52, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/BVXTfbqbzJJYh7pwSkjdzpN/?lang=pt#>. Acesso em: 13 jun. 2024.

ARRUDA, Eucidio Pimenta; ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em Revista**, v. 31, n. 3, p. 321-338, 2015.

ASCOM/UNESPAR. **Manual para uso de redes sociais e transmissão ao vivo, 2020.** Disponível em: [https://www.unespar.edu.br/a\\_reitoria/administracao/administracao-superior/assessoria-comunicacao/manual-para-uso-de-redes-sociais-e-transmissao-de-lives.pdf](https://www.unespar.edu.br/a_reitoria/administracao/administracao-superior/assessoria-comunicacao/manual-para-uso-de-redes-sociais-e-transmissao-de-lives.pdf). Acesso em: 01 abr. 2024.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação. Rumo à sociedade aprendente.** 8. ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2004.

BANCO MUNDIAL. **A questão de gênero no Brasil.** Brasília (DF). 2003.

BERTOLDO, Sanny. Entrevista: “O coronavírus não tem nada de democrático. Ele tem ‘preferências’, e os negros são um dos grupos preferidos dele”. **Revista Gênero e Número**, 16 de abril de 2020. Disponível em: <http://www.generonumero.media/entrevista-o-coronavirus-nao-tem-nada-de-democratico-ele-tem-preferencias-e-os-negros-sao-um-dos-grupos-preferidos-dele/>. Acesso em: 12 mai. 2024.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, nº 114, p. 290-310, Junho, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n114/n114a05.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

FARIA, Andréia Alice da Cunha. **O uso do Diagnóstico Rural Participativo em processos de desenvolvimento local:** um estudo de caso. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa. 2000.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária,** 2012, Manaus.

GUTIERREZ, Lucila Ludmila Paula; COELHO, Débora Fernandes; BARSCHAK, Alethéa Gatto. **Covid-19 e uma nova era:** reflexões sobre o uso das mídias sociais na extensão universitária. In: GUTIERREZ, Lucila Ludmila Paula; BARSCHAK, Alethéa Gatto (organização). Extensão universitária da UFCSPA: mídias sociais e Covid-19 [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Ed. da UFCSPA, 2020.

JUNGBLUT, Airton Luiz. A heterogenia do mundo on-line: algumas reflexões sobre virtualização, comunicação mediada por computador e ciberespaço. **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 97-121, jan./jun. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v10n21/20621.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2024.

LIMA, Tibo Barbosa. Direitos humanos dos negros: Racismo estrutural, necropolítica, interseccionalidade e o mito da democracia racial no Brasil. **REH – Revista Educação e Humanidades,** volume I, nº 2, jul-dez, 2020, p. 119-132. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/reh/article/view/7917>. Acesso em: 05 mai. 2024.

LOLE, Ana; ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. **Gênero e Serviço Social: um debate no campo da organização profissional.** Anais do II Congresso de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro. Conselho Regional de Serviço Social – RJ. Maio de 2016. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/114.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2024.

MELO, Hildete Pereira. A vida das mulheres em tempos de pandemia! **Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil.** Abril de 2020. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16797.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2024.

MENICUCCI, Eleonora. **O golpe e as perdas de direitos para as mulheres.** In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (organizadoras). O Golpe na perspectiva de Gênero - Salvador: EDUF BA, (Coleção Cult) 2018, pp. 65 – 73.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde.** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 2006.

MORAES, Carolina Resende. A Extensão universitária e a resistência negra na Universidade de Brasília. **Revista Participação - UnB**, nº 31, p.11-25, novembro 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Tatiana%20&%20Alex/Downloads/a-extensao-universitaria-e-a-resistencia-negra-na-universidade-de-brasilia.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2024.

MOREIRA, Diego Gouveia; OLIVEIRA, Sheila Borges de; MESQUITA, Giovana Borges. A extensão universitária durante a pandemia do coronavírus: experiências educacionais do curso de Comunicação Social da UFPE. **Comunicação & Educação**, 25(2), 2020, p. 184-196. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/174911>. Acesso em: 14 abr. 2024.

MUNIZ, Bianca; FONSECA, Bruno; PINA, Rute. **Em duas semanas, número de negros mortos por coronavírus é cinco vezes maior no Brasil.** Agência Pública, 6 de maio de 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/>. Acesso em: 12 mai. 2024.

NASCIMENTO, Rafael Baioni do. Oficinas sobre gênero e sexualidade e extensão universitária. **Serviço Social em Perspectiva**, v. 2, nº. Especial, p. 549-562, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/1477>. Acesso em: 03 mai. 2024.

OKABAYASHI, Nathalia Yuri Tanaka; TASSARA, Izabela Gonzales; CASACA, Maria Carolina Guimarães; FALCÃO, Adriana de Araújo; BELLINI, Márcia Zilioli. Violência contra a mulher e feminicídio no Brasil - impacto do isolamento social pela COVID-19. **Brazilian Journal Health Review**, Curitiba, v. 3, n. 3, p.4511-4531 may. /jun. 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/9998>. Acesso em: 01 abr. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra, 2002.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS) / OMS. **Folha informativa: covid-19** (doença causada pelo novo coronavírus). Atualizada em 03 de maio de 2020.

Disponível em:

[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875) . Acesso em: 02 mai. 2024.

PASSOS, Rachel Gouveia. “**A carne mais barata do mercado é a carne negra**”: saúde da população negra em tempo de pandemia de Covid-19. In: PASSOS, Rachel Gouveia; MOREIRA, Elaine Martins... [et al.] (orgs). Em tempos de pandemia: propostas para a defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, p. 148 – 153, 2020.

PIBER, Lizete Dieguez. **Extensão Universitária**: Discutindo violência de gênero na cidade de Santo Ângelo/RS. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498874079\\_ARQUIVO\\_texto\\_completo\\_Lizete.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498874079_ARQUIVO_texto_completo_Lizete.pdf). Acesso em: 03 mai. 2024.

RIBEIRO, Isabelle Lopes Bitarães; FERREIRA, Melissa Drumond; JÚNIOR, José Costa. **Racismo sem racistas**: Entendendo o racismo estrutural. Anais do VIII Seminário de Iniciação Científica do IFMG- Campus Ribeirão das Neves, 2019. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/sic/edicoes-anteriores/resumos-2019/racismo-sem-racistas-entendendo-o-racismo-estrutural.pdf/view>. Acesso em: 05 mai. 2024.

RODRIGUES, Andreia Lilian Lima; DO AMARAL COSTA; Carmen Lúcia Neves; PRATA, Michelle Santana; BATALHA, Talita Beatriz Silva.; NETO, Iazano de Figueiredo Passos. Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação – Ciências Humanas e Sociais - UNIT**, v.1, n.16, p.141-148, 2013.

SANTOS, Márcia Pereira Alves dos et al. População Negra e Covid-19: Reflexões sobre Racismo e Saúde. **Estudos Avançados**: Pandemia pela Covid-19, Retrato da Juventude, São Paulo, v. 34, ed. 99, p. 225-243, 10 ago. 2020. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/173383>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: Limites, contradições e avanços. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 13 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/s1414-49802010000100002>. Acesso em: 13 set. 2023.

SCOTT, J. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16 (2), jul./dez. 1995.

SÍVERES, Luiz. A extensão como um princípio de aprendizagem. **Revista Diálogos**. Brasília, v. 10, n. 10, p. 8-17, dez. 2008.

SOUZA, Ronaldo Gomes. Cidadania e incivildades: reflexões e críticas fundamentadas nas representações sociais da violência urbana. **Interlink** - V. 2, N.2, Jul/Dez de 2011.

SOUZA, Márcio Vieira de. Mídias digitais, globalização, redes e cidadania no Brasil. In: SOUZA, Márcio Vieira de; GIGLIO, Kamil (orgs.). **Mídias digitais, redes sociais e educação em rede**: Experiências na pesquisa e extensão universitária. Coleção Mídia, Educação, Inovação e Conhecimento - Volume 1. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 2015. Disponível em: <http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/openaccess/midias-digitais/completo.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2024.

TEIXEIRA, Daniel Viana. Desigualdade de gênero: sobre garantias e responsabilidades sociais de homens e mulheres. **Rev. Direito GV**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 253-274, Jun, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 03 mai. 2024.

THIOLLENT, Michel Jean-Marie. Avanços da metodologia e da participação na extensão universitária. In: ARAÚJO FILHO, Targino; THIOLLENT, Michel Jean-Marie. **Metodologia para Projetos de Extensão**: Apresentação e Discussão. Universidade Federal de São Carlos – São Carlos: Cubo Multimídia, 2008.

UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19**. Paris: Unesco, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das>. Acesso em: 08 abr. 2024.